



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

Projeto de lei 18/2021

Dispõe sobre a autorização do poder executivo a proceder à permissão, a título precário, de uso do bem público que especifica, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica o Plano Diretos do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permitir o uso do imóvel a seguir especificado, a título precário, gratuito ou oneroso à pessoa jurídica legalmente constituída, para fins de implantação, manutenção, exploração e instalação de empresas de partes do lote urbano, com área total de 88.333,22 m² (oitenta e oito mil, trezentos e trinta e trez e vinte e dois metros quadrados) localizado no lugar denominado Candeias, matrícula de número 7.809, fls 068, Livro 201 do CRI/Comarca de Andrelândia/MG, no Município de Bom Jardim de Mina/MG, por meio do termo de permissão.

Art. 2.º A permissão de uso será outorgada por prazo determinado, iniciando-se com a assinatura do respectivo termo de permissão de uso de bem público.

Parágrafo Único. Diante da precariedade da permissão, poderá o bem público ser tomado a qualquer instante ou momento, pelo Poder Público Municipal,



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

independentemente de qualquer notificação e sem qualquer ônus, não cabendo qualquer tipo de indenização pela manutenção e conservação do bem.

Art. 3.º A permissionária poderá realizar no imóvel as obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta permissão de uso, sempre mediante prévia anuência do Município.

§1º Os investimentos realizados pela permissionária não serão indenizados pelo Município, incorporando-se aos bens.

§2º Caberá à permissionária todos os ônus e encargos de conservação e manutenção do imóvel.

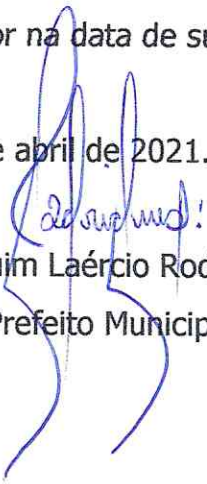
Art. 4.º O Município poderá intervir na permissão de uso, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentar e legal pertinente.

Art. 5.º As demais normas e condições desta permissão de uso serão estabelecidas em Decreto e no termo de permissão de uso de bem público.

Art. 6.º Eventuais despesas do Município decorrentes desta Lei são suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas/MG, 09 de abril de 2021.


Joaquim Laércio Rodrigues
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssima Sra. Presidente,
Nobres Vereadores,

Temos a honra de encaminhar à deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER À PERMISSÃO DE USO DOS BENS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O lote urbano, com área total de 88.333,22 m² (oitenta e oito mil, trezentos e trinta e trez e vinte e dois metros quadrados) localizado no lugar denominado Candeias, matrícula de número 7.809, fls 068, Livro 201 do CRI/Comarca de Andrelândia/MG, no Município de Bom Jardim de Minas/MG constitui bem público, de uso comum do povo, posto se tratar de imóvel urbano de propriedade do Município, localizado no entroncamento da BR 267 e MG 457, acesso a cidade pelo Bairro Niteroi de potencial para uso da atividade econômica.

Em sendo bem público, compete privativamente à Municipalidade dispor sobre a sua administração e utilização. Utilizar significa usar, fruir. Administrar é gerir, comandar. Pode a Administração Pública exercer tais funções diretamente ou mediante a sua delegação a terceiros. Nos casos em que a Prefeitura Municipal opta por este último cenário, imperiosa a aprovação de lei neste sentido.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

Como instrumentos hábeis a veicular a outorga do uso a particular, aponta a Doutrina, dentre outros, a concessão, a permissão e a autorização de uso.

Dentre estes três instrumentos, o mais adequado é a permissão de uso, até mesmo por uma questão de exclusão, já que a autorização de uso — apesar de seu caráter precaríssimo e unilateral — é utilizada para situações específicas e transitórias, com prazo determinado.

De sua vez, a *concessão* de uso de bem público é ato bilateral (contrato administrativo), necessariamente precedido de licitação, onde a Administração Pública outorga ao particular a utilização de bem público, para que este o explore segundo sua destinação específica. É ínsita, pois, a esta espécie a estabilidade, ausente nos outros dois institutos.

Ademais, a concessão requer licitação, o que não é exigido na autorização e, também, pode ser afastada na permissão.

Resta, portanto, a permissão administrativa de uso de bem público, ato negocial, unilateral, discricionário e precário, onde a Administração defere o uso privativo do bem a determinado particular para que o utilize por sua conta e risco, em atenção a interesse predominantemente público. É, no sentir do Poder Executivo, o instituto jurídico mais adequado a instrumentalizar a outorga do uso do bem público, na espécie.

In casu, o interesse público na exploração acima discriminada é evidente, na medida em que o lote urbano em questão, atualmente sem



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS


CNPJ: 18 684 217/0001-23

qualquer destinação de uso que atenda à função social da propriedade, será utilizado para implantação de empresas e indústrias de pequeno e médio porte que desenvolverão suas atividades econômicas em nosso Município criando oportunidades de emprego e desenvolvimento local em suas múltiplas acepções que neste momento se mostram necessárias a recuperação da atividade econômica.

Acrescente-se, ainda, que a Permissão objeto deste Projeto de Lei será outorgada sem custos ou ônus para a Administração Municipal.

Pelas razões aqui apresentadas, considerando-se a relevância e legalidade da medida e tratando-se de Projeto de Lei de suma importância, solicito que seja apreciado por esta casa.

Bom Jardim de Minas/MG, 09 de abril de 2021.


Joaquim Laércio Rodrigues
Prefeito Municipal



Cartório de Registro de Imóveis Andrelândia - Minas Gerais

Rua Coronel José Bonifácio, n. 216 - Salas 05 e 06 Centro - C.E.P. 37-300-000 - Andrelândia - MG - CNPJ/MF n. 20.420.139/0001-00
Fone: (35) 3325 - 1935 - E-mail: criandrelandia@yahoo.com.br

Certidão nº. 001456, fls. 1.

José Magno de Andrade,
Oficial do Cartório do Registro de Imóveis de Andrelândia,
Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc

Matrícula: 7809 - LIVRO: 201 - FOLHA: 068

IMÓVEL: 12,00 ha. de terras, situados no município de Bom Jardim de Minas, desta Comarca, no lugar denominado "Candeias", dentro das seguintes divisas: começando nas divisas com a antiga Engefer, hoje Rede Ferroviária Federal S.A. junto ao acesso a Bom Jardim de Minas, na Rodovia BR-267, seguindo por esta acima até a divisa da propriedade de Aurora Nardy Tamarindo, por cercas existentes, vai até as divisas com a RFFSA, seguindo por estas até o perímetro onde teve início esta demarcação. REGISTRO ANTERIOR: nº 1/1.983, fls. 194, do livro 2I. PROPRIETÁRIOS: Adão Nardy, aposentado, CPF: 030.080.886-00 e sua mulher Maria Aparecida Alexandre Nardy, professora, residentes em Bom Jardim de Minas/MG; Josefina Nardy Benjamim, funcionária pública estadual aposentada e seu marido Renato Benjamim, advogado, CPF: 008.657.296-20, residentes em Belo Horizonte/MG; Aurora Altomare Nardy Tamarindo, socióloga, casada no regime da comunhão parcial de bens com Wilson Barbosa Tamarindo, advogado, CPF: 090.919.986-87, residentes em Niterói/RJ; todos brasileiros. Andrelândia, 07 de dezembro de 1988. Dou fé. O Oficial.

R-1/7.809. DATA: 07 de dezembro de 1988. DIVISÃO AMIGÁVEL. TRANSMITENTES: os proprietários acima qualificados. ADQUIRENTES: Josefina Nardy Benjamim e seu marido Renato Benjamim, acima qualificados. TÍTULO: Escritura Pública de Divisão Amigável de 25 de outubro de 1988, do Cartório de Bom Jardim de Minas, desta Comarca, livro nº 89A, fls. 165v a 168v. VALOR: CZ\$110.000,00, o imóvel constante da presente matrícula. Andrelândia, 07 de dezembro de 1988. Dou fé. O Oficial.

R-2/7.809. DATA: 04 de junho de 1998. CARTA DE ADJUDICAÇÃO. TRANSMITENTE: o espólio de Renato Benjamim. ADQUIRENTE: Josefina Nardy Benjamim, brasileira, aposentada, viúva, residente em Bom Jardim de Minas/MG. TÍTULO: Carta de Adjudicação extraída dos autos nº 268/97, da Secretaria Única desta Comarca, de inventário dos bens que ficaram por falecimento de Renato Benjamim, julgado por sentença de 30 de dezembro de 1997, que transitou em julgado. VALOR: R\$15.000,00, o imóvel constante da presente matrícula, hoje PERÍMETRO URBANO, com 120.000,00 m². Andrelândia, 04 de junho de 1998. Dou fé. O Oficial.

R-3/7.809. DATA: 15 de dezembro de 2009. DESAPROPRIAÇÃO. TRANSMITENTE: Josefina Nardy Benjamim, brasileira, viúva, aposentada, RG: 901.657-SSP/MG, CPF: 007.199.946-91, residente em Juiz de Fora/MG. ADQUIRENTE: Município de Bom Jardim de Minas/MG, CNPJ: 18.684.217/0001-23, representado pelo Prefeito Joaquim Laércio Rodrigues, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 876.452.466-34, residente em Bom Jardim de Minas/MG, conforme Decreto Municipal nº 407/2009, de 23 de novembro de 2009. TÍTULO: Escritura Pública de Desapropriação de 07 de dezembro de 2009, do Cartório do Taboão, município de Bom Jardim de Minas, desta Comarca, livro nº 62, fls. 06 e v. VALOR: R\$80.000,00, o imóvel constante da presente matrícula. Andrelândia, 15 de dezembro de 2009.

Continua no verso...

Dou fé. O Oficial.

AV-4/7809. DATA: 23 de agosto de 2011. **DESMEMBRAMENTO.** Vide matrícula nº 19576, fls. 32, do livro 2B-4. Desmembrados 31.666,78 m2 onde será implantado o Conjunto Habitacional João Domício de Almeida, RESTANDO NESTA MATRÍCULA A ÁREA REMANESCENTE DE 88.333,22 m2. Andrelândia, 23 de agosto de 2011. Dou fé. O Oficial.

CERTIDÃO NEGATIVA DE ÔNUS REAIS

CERTIFICO que, revendo em meu poder e Cartório os respectivos livros de Registros Imobiliários, deles **NÃO CONSTAM** quaisquer ÔNUS REAIS, incluindo os demais livros (Livro 2 - Hipoteca, Livro 4 - Registros Diversos e Livro 8 - Registro Especial), bem como Certidão de outras Alienações relativos ao imóvel constante da presente Matrícula.

Emol.: R\$28,13. TFI.: R\$6,02. Rec.: R\$1,69. Total: R\$35,84.

Andrelândia, 12 de Julho de 2017. O referido é verdade e dou fé.

Julio César Meireles de Andrade

- ☐ José Magno de Andrade - Oficial
- ☒ Júlio César Meireles de Andrade - Oficial Substituto
- ☐ Alexandre Gomes Nogueira - Escrevente
- ☐ Maria Zélia de Carvalho Lima - Oficiala Substituta

Cartório do Registro de Imóveis
Comarca Andrelândia
Bel. José Magno de Andrade
Oficial
Telefone: (35) 3325-1935

Cartório do Registro de Imóveis
Comarca Andrelândia
Bel. Júlio César Meireles de Andrade
Oficial Substituto
Telefone: (35) 3325-1935

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REGISTRO DE IMOVEIS

COMARCA DE ANDRELANDIA - MG

Poder Judiciário - TJMG
Corregedoria Geral de Justiça

Selo Eletrônico Nº: BNK67296
Cód. Seg: 9291.0383.5343.6545

Ped. Certidão Nº 17/1458, Criado 12/07/2017
Qtde. Ates Praticados: 001 - Data: 12/07/2017
Emol. R\$29,82+TFJ R\$6,02 = Valor Final: R\$ 35,84

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>.

REGISTRO DE IMOVEIS FILIADO AO CORIMG

CORIMG CORIMG CORIMG